

Serviço de engenharia: roteiro prático para o planejamento da licitação. Aplicação das diretrizes da instrução normativa SEGES/MPDG N° 5, DE 2017

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/240



Marinês Restelatto Dotti Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul
(Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil) ● <https://orcid.org/0000-0002-4562-8374>

DOI: <https://doi.org/10.48143/RDAI.12.dotti>

Palavras-chave: serviço de engenharia, planejamento, Instrução Normativa SEGES/MPDG n° 5, de 2017

Resumo

O regime de execução indireta de obras e serviços de engenharia remonta ao Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, segundo o qual a administração, para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que existente, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução (art. 10, §7º). A parte final do citado dispositivo guarda correlação com o devido processo legal licitatório para a execução de obras, a prestação de serviços, inclusive de engenharia, ou o fornecimento de bens em proveito da administração pública, ressalvados os casos especificados na legislação como de dispensa ou inexigibilidade, processo esse que somente admitirá, reiterar-se, as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Esquadrinhar os requisitos necessários à instrução do devido processo legal licitatório atinente a contratação de serviços de engenharia, com foco no seu planejamento, é o objetivo deste estudo.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Marinês Restelatto Dotti, Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)

Advogada da União. Especialista em Direito do Estado e em Direito e Economia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no curso de especialização em Direito Público com ênfase em Direito Administrativo da UniRitter - Laureate International Universities. Conferencista na área de licitações e contratações da administração pública. contato@marinesdotti.com.br

Referências

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização: (Legislação, decretos, jurisprudência e orientações normativas atualizados até 30 nov. 2015). 5. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. Manual de Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas. 4. ed. Brasília: TCU, 2010. p. 167.

CAMPELO, Valmir; CAVALCANTE, Rafael Jardim. Obras públicas: comentários à jurisprudência do TCU. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

OLKOWSKI, Gustavo Ferreira (Coord.); LIMA, Bruno Martinello et al. Planejamento da licitação de obras públicas de edificação e saneamento. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. 1000 perguntas e respostas necessárias sobre licitação e contrato administrativo na ordem jurídica brasileira. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ISSN 2526-8120

12 | RDAI

janeiro / março 2020

REVISTA DE

DIREITO

ADMINISTRATIVO E

INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2020-03-01

Edição

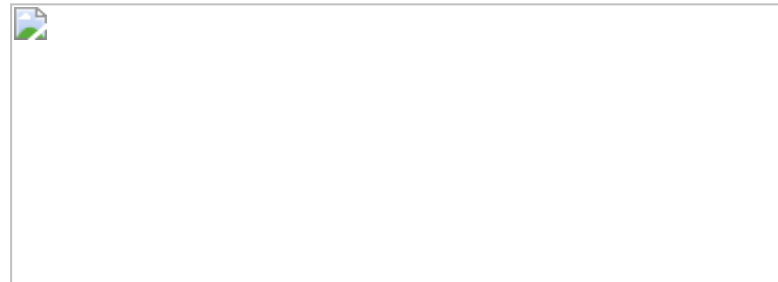
v. 4 n. 12 (2020)

Seção

Artigos

Este periódico é licenciado por

Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Atribuição-Compartilha- Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND-SA 4.0).



A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio);

e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO.

Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDA.